



**Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete da Prefeita**

**ATA SUMÁRIA REFERENTE À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONCIDADE NATAL – 15 DE OUTUBRO DE 2012.**

**PAUTA: 1) APRESENTAÇÃO POR PARTE DA SEMURB DAS
PROPOSTAS CONSOLIDADAS DE REGULAMENTAÇÃO DAS
ZPAS 06, 07 E 10; 2) INDICAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHOS
PARA CADA ZPA.**

1 Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e onze, às dez horas foi realizada no Salão
2 Nobre da Prefeitura do Natal, Palácio Felipe Camarão, a Reunião Extraordinária do
3 Concidade. Estiveram presentes as Instituições membros do Concidade, conforme lista de
4 presença em anexo. Dando início à reunião, o Presidente da Sessão Senhor Caio César
5 de A. Medeiros, dá as boas-vindas a todos, justifica a ausência da Prefeita – por motivos
6 de saúde – e passa então a palavra ao Senhor Jackson Costa, que por sua vez, dá boas-
7 vindas e apresenta a pauta da presente reunião: 1) Apresentação pela Semurb das
8 propostas de regulamentação das ZPAs 07, 06 e 10; 2) Perguntas e Esclarecimentos; 3)
9 Formação de grupos de trabalho para cada ZPA. Lembra que a presente reunião não
10 haverá votação, devido ao grande volume de informação, como também sua
11 complexidade. A palavra é passada ao senhor Carlos da Hora, membro do Concidade
12 representante da Semurb, que dá início à sua apresentação. O Senhor Carlos da Hora
13 comenta da importância da participação democrática na gestão da cidade, e historia as
14 apresentações em audiências públicas ocorridas desde junho de 2011. Explana que houve
15 desde 2010 o trabalho de diagnóstico construído entre equipe técnica da Semurb e
16 Consultoria do IBAM (Instituto Brasileiro de administração Municipal). Cita que as
17 audiências iniciais ocorreram em 01 e 03 de junho de 2011, onde foram apresentadas as
18 propostas iniciais de regulamentação das ZPAs e Instrumentos de Ordenamento Urbano.
19 Após isso, cada ZPA e instrumento foram apresentados separadamente aos longos dos
20 meses de dezembro de 2011, e de fevereiro e março de 2012. Comenta que foi aprovado
21 em audiência pública, apresentado pela professora Ruth Ataíde, e em consonância com o
22 Art. 93 do Plano Diretor de Natal vigente, o fluxograma que representa os procedimentos
23 que devem ser seguidos para efetivar o processo democrático de gestão pública, onde
24 segue: as propostas Semurb/IBAM após apresentação em audiência pública, devem
25 seguir para os Conselhos Municipais; retornar à Semurb para sistematização; após isso,
26 envia-se proposta sistematizada ao Concidade; que, após contribuições deste, deverá
27 retornar à Semurb para nova sistematização; após esta última sistematização segue para
28 a realização da Conferência (coordenada pela Semurb); e, por fim, a proposta saída da
29 Conferência é enviada à Câmara Municipal. Esclarece que as ZPAs 09 e 08 não foram
30 enviadas ainda aos Conselhos municipais e Concidade pois foi aprovado também em
31 audiência que a Semurb deveria avaliar as contribuições recebidas e, após análise,
32 apresentar ainda em outra audiência seu posicionamento. O Senhor Carlos da Hora
33 lembra que o processo é coordenado pela Semurb, mas feito essencialmente pela equipe
34 técnica e principalmente pela sociedade civil organizada. Enfatiza ainda o processo de
35 transparência de informações, disponibilizadas no site da Semurb através de canal de
36 acompanhamento em tempo ativo, onde estão acessíveis todas as contribuições e



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete da Prefeita

37 propostas. Rememora ainda que, quando solicitada à Semurb oficialmente, estão
38 disponíveis também o registro áudio-visual de todas as audiências realizadas. Conclui que
39 a construção de todo esse processo tem o envolvimento de toda a Secretaria e sociedade,
40 consolidando assim o sistema de planejamento urbano participativo. Por fim, lembra que
41 em audiência pública foram apresentados os instrumentos de ordenamento urbano mas
42 que, por decisão da plenária, ocorrerá o aprimoramento do processo, onde só depois de
43 então serão feitas novas audiências. Agradece a atenção e coloca à disposição dos
44 futuros relatores a equipe técnica da Semurb no sentido de colaborar com esclarecimentos
45 e explanações sobre as propostas consolidadas. O senhor Jackson Costa passa a palavra
46 ao Senhor Uilton Magno Campos, que dá início a apresentação da Zona de Proteção
47 Ambiental 07 (Forte dos Reis Magos e entorno). O Senhor Uilton inicia a apresentação
48 comentando a importância ambiental da área. Cita as contribuições recebidas, tais como a
49 do Laudo pericial do Ministério Público, do Projeto Orla, etc. Explana o seu zoneamento,
50 sua subzona de preservação, uso restrito e de conservação. Comenta do seu potencial
51 paisagístico, que deve ser utilizado pela comunidade. Afirma que a proposta consolida a
52 permanência do uso institucional militar. Lembra que está previsto o direito de preempção,
53 isto é, caso o Exército saia da área, o município tem prioridade na aquisição da área. O
54 senhor Aristotelino, ARSBAN, pergunta se seria possível confrontar o mapa de vegetação
55 com o de subzoneamento. Em resposta ao solicitado, Uilton faz explanações sobre o
56 mapa. O Senhor Uilton lembra que o intuito principal é realizar um PRAD (Projeto de
57 Recuperação de Área Degradada). Retoma a apresentação explicando as recomendações
58 da Subzona de Preservação 01 (faixa de margem do Rio Potengi). Apresenta a Subzona
59 de Preservação 02 – elementos estuarinos e de praia, além da presença do Forte dos Reis
60 Magos – e suas prescrições urbanísticas e ambientais. Apresenta a Subzona de Uso
61 Restrito (área de utilização institucional pública/militar, com presença de elementos
62 históricos e arquitetônicos). Apresenta a Subzona de Conservação, identificada como área
63 antropizada, passível de utilização sustentável e manejo dos elementos existentes.
64 Apresenta o quadro de prescrições. O Senhor Uilton mostra imagens da área e rememora
65 que o principal objetivo é recuperação das áreas degradadas e preservação das áreas
66 ambientais existentes bem como tornar públicas as áreas à comunidade natalense,
67 através do uso ambientalmente sustentável. Finaliza a apresentação ressaltando o bom
68 estado do mangue. O senhor Jackson Costa lembra que ainda na presente reunião, será
69 feita indicação de grupo de trabalho com fins a se debruçar sobre cada proposta de
70 regulamentação. A senhora Jamila dá início, por sua vez, à apresentação da ZPA 06
71 (Morro do Careca e dunas adjacentes). Inicia comentando a relevância ambiental da área
72 – extensos cordões dunares, paisagem, características culturais e históricas, etc. Explana
73 o quadro urbano diagnosticado. Cita as contribuições recebidas: Consab, Semob,
74 Ministério Público, AMPA, Advocacia Geral da União e Comando da Aeronáutica. Destaca
75 a contribuição do MP em que recomenda a criação de uma Unidade de Conservação para
76 a área; e a contribuição da AMPA, em que faz a mesma sugestão e reafirma o uso
77 exclusivo da área pela Aeronáutica. Relata que diante disso, houve reuniões internas feitas
78 com a equipe técnica, em que inicialmente foi consenso esta criação. A partir disso e com
79 esse objetivo, foram feitas reuniões com os entes que estavam envolvidos com esse
80 processo, tais como IDEMA, IBAMA, Aeronáutica, ICMBio e Associações. Após isso,



Prefeitura Municipal do Natal Gabinete da Prefeita

81 recebeu-se a contribuição da Advocacia Geral da União em que foi informado que não
82 haveria impedimento legal para criação, porém deveria ser consultado o ente que
83 administra a área, no caso, o Centro de Lançamento Barreira do Inferno. Ela apresenta
84 que após provocação oficial da Semurb, o CLBI colocou que não haveria possibilidade
85 desta criação, devido à peculiaridade de suas atividades de segurança nacional. A
86 senhora Jamila informa que todo o detalhamento das contribuições está disponível no site.
87 Continua a apresentação afirmando que diante do exposto, do não consentimento por
88 parte da Aeronáutica, a equipe técnica achou por bem regulamentar o uso e ocupação da
89 área (prerrogativa do município) e subzoneá-la. Lembra ainda que foram aprimoradas as
90 prescrições urbanísticas de Lei da ZPA 06, de modo a permitir uma posterior criação de
91 uma Unidade de Conservação. Por fim, a Senhora Jamila destaca ainda alguns pontos na
92 minuta de lei, citando o Art.8 e Art.9. Após isso, inicia a apresentação referente à ZPA 10
93 (Farol de Mãe Luiza e dunas adjacentes), comentando sua relevância ambiental,
94 historiando a área e explanando sobre o seu quadro urbano diagnosticado. Fala sobre os
95 pontos fortes e ameaças presentes na área. Apresenta o subzoneamento e comenta os
96 aspectos aprimorados. Destaca que ficaram revogadas as prescrições previstas para a
97 ZET. Apresenta a subzona de preservação, inclusive o quadro de prescrições; a subzona
98 de conservação 01 e 05, que tem o propósito de regularizar as condições existentes e não
99 mais permitir novas construções. Apresenta então as subzonas de Conservação 02 e 04,
100 ressaltando a necessária observância do Plano municipal de Redução de riscos. Mostra,
101 por fim, a subzona de conservação 3. Para todas, ela fala do quadro de prescrições
102 urbanísticas. O senhor Jackson agradece as apresentações e coloca que deve ser
103 indicado um grupo de trabalho. O senhor George Câmara levanta o caso pendente da não
104 conclusão de Regimento e fala da necessidade da atualização de dados da Semurb. O
105 Senhor Jackson afirma que a criação de um Grupo de Trabalho não seria impedido pela
106 não conclusão do Regimento interno; quanto ao segundo ponto levantado, lembra que a
107 Semurb está disponível para esclarecimentos. A Senhora Selma Menezes ratifica as
108 palavras de George. O senhor Aristotelino também ratifica esta fala. Discutem sobre qual a
109 melhor metodologia de análise sobre as propostas. Ruth Ataíde destaca a fala inicial de
110 Carlos da Hora sobre o fluxograma que representa os procedimentos que devem ser
111 dados às propostas e chama a atenção para o fato de que o Conplan ainda não está
112 dentre os contribuidores no processo. Por fim, pede que seja concluído o regimento.
113 Discutem sobre a apreciação. O Senhor Jackson Costa lembra que em, seu entendimento,
114 a apreciação do regimento e a análise das propostas podem ocorrer em paralelo. Dra
115 Cássia Bulhões sugere que seja feita uma reunião extraordinária para apreciação do
116 regimento interno, o quanto antes; e, após isso, fechar um cronograma até o final do ano
117 para apreciação das propostas de regulamentação. Continuam a discutir sobre qual
118 melhor metodologia. Após solicitação da plenária, o senhor Carlos da Hora presta o
119 seguinte esclarecimento: dentro do fluxograma, a Semurb no dia 14 de fevereiro enviou as
120 propostas a todos os Conselhos. Ocorreu que o Complan solicitou durante reunião que
121 após a Semurb enviasse ao Concidade a proposta sistematizada, fosse enviado em
122 paralelo, em forma de processo, também ao Conplan. Acrescenta ainda que a Semurb
123 sempre está disponível para apresentar as suas propostas aos Conselhos, assim como já
124 o fez por vezes no Conplan e Conhabins, e hoje no próprio Concidade. Discutem sobre a

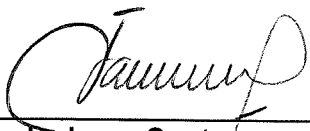


Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete da Prefeita

125 metodologia de trabalho. Carlos da Hora relembra que em 14 de setembro foram enviadas
126 as propostas consolidadas ao Concidade, dando um prazo de 30 dias, e fala que é
127 necessário este se manifestar para a sociedade dado o vencimento do prazo. O Senhor
128 Aristotelino indaga ao Senhor Carlos da Hora de que modo será administrada a
129 Conferência. Carlos da Hora explica que foram enviadas ao Concidade já a proposta
130 consolidada, ou seja, sistematizada com base nas contribuições recebidas; e durante a
131 Conferência serão levadas essas contribuições consolidadas mais as contribuições do
132 Concidade sistematizadas pela Semurb. Carlos da Hora relembra que é legítimo as
133 entidades também contribuírem durante a Conferência. Rememora ainda que a
134 preocupação da Semurb é dar seguimento ao processo registrado pelo fluxograma. Os
135 membros do Concidade se mostram preocupados em resolver a pendência de finalizar o
136 Regimento interno. A Senhora Nevinha pede esclarecimento sobre o procedimento a ser
137 dado, uma vez que o Concidade seria deliberativo. O Senhor Jackson, citando o art. 95 do
138 Plano Diretor de Natal, informa que é ora consultivo, ora deliberativo. A Senhora Marise
139 Costa informa que o papel do Concidade é articular com os outros Conselhos e esclarece
140 que o Concidade hierarquicamente é superior aos mesmos. Contudo, em seu
141 entendimento, não poderia ser discutido no Concidade sem a contribuição do Complan e
142 para isso deve ser estabelecido um prazo máximo de espera. Após discussão, votação e
143 aprovação da plenária presente, ficaram definidos os seguintes **encaminhamentos: 1)**
144 **Convocar para o dia 29 de outubro do ano corrente, às 14h, Reunião Extraordinária,**
145 **cujas pautas constarão de, nessa ordem: a - apreciação e votação do Regimento**
146 **Interno; b - designação de Relator para cada projeto de lei, isto é, 03 relatores; 2)**
147 **Expedição de Ofício ao Conhabins e ao Conplan fixando 15 dias para que eles**
148 **apresentassem parecer, antes da reunião deste Concidade (prazo dia 26 de**
149 **outubro); 3) Definir cronograma de apresentação dos relatos.** Observam que a
150 estrutura do Relato deve conter: 1) apresentação da proposta original conforme recebida;
151 2) contribuições apresentadas; 3) manifestação dos Conselhos e da Semurb; 4) definição
152 dos temas a serem decididos; e 5) parecer final. E nada mais havendo a tratar, o Senhor
153 Presidente da Sessão Caio César de A. Medeiros Costa agradeceu a presença de todos
154 os presentes e deu por encerrada a presente reunião. Assim, procede-se a lavratura
155 desta ata que lida e aprovada vai por mim assinada, Secretário Executivo do Concidade
156 Jackson Costa, e o Presidente da Sessão Caio César de A. Medeiros Costa, aos quinze
157 dias do mês de outubro de dois mil e doze.



Caio César de A. Medeiros
Presidente da Sessão



Jackson Costa
Secretário Executivo